

TÍTULO: POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO: Referenciais teórico-práticos para sua construção

AUTOR: Prof. Dr. Jorge Hamilton Sampaio extensao@unimep.br

INSTITUIÇÃO: Universidade Metodista de Piracicaba

Introdução

O tema da Extensão Universitária, especialmente a partir dos anos 90, tem sido razoavelmente discutido no Brasil por meio de artigos, de livros e de palestras apresentadas em eventos relacionados à área¹. Mesmo assim, ainda não se conseguiu que uma Política Nacional de Extensão fosse elaborada de forma democrática pelas Instituições de Ensino Superior e pelo Estado, responsável pela regulamentação do Ensino Superior no país. O máximo que se teve até agora foi a elaboração de um “Plano Nacional de Extensão” pelo *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*², um documento que, por um lado, mostra um avanço no conceito e na operacionalização da extensão universitária mas, por outro, tem o limite de ter sido escrito exclusivamente *pelas* IES financiadas pelo Estado e *para* estas mesmas IES, além de se tratar de um “plano” e de não de uma “política”. Também no “Plano Nacional de Graduação”, escrito pelo *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação* (FORgrad)³, uma organização que congrega todas as IES do país, sem distinção de sua natureza jurídica (Pública, Comunitária, Confessional ou Particular), há uma importante reflexão sobre o papel da Extensão como indissociável ao Ensino e à Pesquisa. Mas não se trata, nem foi a sua intenção, de uma Política Nacional de Extensão.

Em 1999, na cidade de Goiânia, foi criado o *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias*⁴, com o apoio da *Associação Brasileira de Universidades Comunitárias* (ABRUC)⁵ e da

¹ Um bom mapeamento desta discussão, inclusive com indicações bibliográficas importantes, está registrado no livro *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*, organizado por Dóris Santos de Faria, publicado na ocasião do VI Congresso Iberoamericano de Extensão, realizado em Embú, SP, em novembro de 2001. Ver também: FRANTZ, Walter e SILVA, Enio Valdir da. *As funções sociais da Universidade: O Papel da Extensão e a Questão das Comunitárias*. Ijuí. Editora UNIJUI, 2002.

² Para Ter acesso a este documento e a outras informações sobre este Fórum ver a Home Page: www.renex.org.br Ver também: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão Universitária: Diretrizes conceituais e Políticas. Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987-2000*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

³ Para informações sobre o FORgrad ver a Home Page: www.proacad.ufpe.br/frograd

⁴ Mais informações sobre este Fórum e sobre seus documentos, ver a Home Page: www.unimep.br/extensao-comunitarias Ver também: OLIVEIRA, Alcivam Paulo de (Org.). *A Gestão da Extensão e da Ação Comunitária: Anais do VIII Encontro de Extensão e Ação Comunitária e da III Assembléia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias*. Recife. Universidade Católica do Recife, 2001.

⁵ Home Page da ABRUC: www.abruc.org.br

Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas (ABESC)⁶, tendo como finalidade, entre outras, ser um espaço de socialização de conhecimentos sobre extensão e participar, de forma organizada, do debate nacional visando a criação de uma Política Nacional de Extensão para o país. A partir das reflexões e estudos realizados por este Fórum em seus encontros nacionais e regionais, do diálogo realizado com organizações governamentais e da sociedade civil, e dos documentos por ele já produzidos, penso que já temos algumas indicações que podem servir como um dos subsídios para a elaboração da tão sonhada Política.

Neste texto pretende agregar algumas reflexões ao conhecimento já acumulado pelo Fórum, partindo de uma premissa básica e de cinco Hipóteses sobre o tema em pauta que, na verdade, são mais suspeitas de caminhos a seguir e menos idéias conclusivas a respeito.

Premissa básica

Para a construção de uma Política Nacional de Extensão a pergunta pelo sentido das coisas é uma premissa fundamental. “Saber fazer” exige a companhia do “saber ser”. Fazer uma pergunta fundante sobre o sentido da Universidade e, ainda, saber de onde vem esta pergunta, é um ofício indispensável.

Para tratar desta questão quero me valer de uma alegoria que retiro do livro dos cristãos, a partir do encontro de um homem chamado João Batista com outro chamado Jesus.⁷ O primeiro, seguindo a linha profética dos hebreus, sente-se chamado a anunciar a chegada do messias, do salvador (em grego *Soter*, aquele que nos livra da angústia e do medo) e decide cumprir sua vocação até as últimas conseqüências, o que lhe custa a prisão e decreto de morte devido a denúncia que faz da corrupção das elites e do governo, o que gerava graves injustiças sociais. No cárcere, diante da morte iminente, João revisa suas atitudes e começa a cultivar a dúvida existencial sobre o sentido de sua vida e de sua vocação. Teria valido a pena gastar-se anunciando a vinda de um novo tempo de justiça e de paz? Seria Jesus o messias que inauguraria este novo tempo, ou foi um erro de interpretação? Na angústia de suas reflexões João resolve pedir aos seus amigos que fossem verificar visando a ter uma resposta às suas inquietações.

Na presença de Jesus, os amigos de João fazem uma indagação que me parece importante para o tema que aqui estamos tratando, vale lembrar, a pergunta pelo sentido da Universidade e a fonte desta pergunta. Dizem eles a Jesus: “És tu aquele que estava para vir ou esperamos outro?”. No mesmo momento, narra o texto, Jesus, sem nada dizer, realiza uma série de ações em favor de vida de pessoas marginalizadas e, na seqüência responde: “Ide e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados. E aos pobres, anuncia-se-lhes as boas novas...”.

⁶ Home Page da ABESC: www.abescbrasil.org.br

⁷ Bíblia. Livro de Lucas, Capítulo 7, Versículos 18 à 23. Tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada, 2ª Edição, 1988.

Tomando esta narrativa como alegoria, entendo que ela pode nos ajudar a refletir sobre o sentido da Universidade. Assim, tomo a liberdade de começar a discorrer sobre as Teses para uma Política Nacional de Extensão partindo da pergunta que vem dos empobrecidos de nossa sofrida sociedade: **“És tu aquela Universidade que estava para vir ou esperamos por outra?”**. Penso que uma Política Nacional de Extensão só terá sentido em nosso Sistema de Ensino Superior se conseguir elaborar conceitos e fazer propostas que consigam responder a esta questão de forma positiva, ou seja, produzindo e socializando conhecimentos que dêem direito ao acesso à dignidade de vida de todas as pessoas. É a partir desta premissa que levanto as hipóteses sobre o tema.

Primeira Hipótese: Afirmar a natureza/identidade da Universidade.

Para a construção de uma Política Nacional de Extensão é preciso deixar claro que a Extensão da qual estamos tratando só tem seu sentido no interior da própria identidade da academia. Uma Universidade não pode ser confundida com uma Organização Não Governamental, com uma Igreja, com um Sindicado, com uma Organização Popular, com o Estado ou com qualquer outro tipo de organização social. Embora a Universidade tenha que, necessariamente, dialogar com toda a sociedade em que está inserida, é preciso compreender qual é sua a identidade no conjunto desta sociedade. E, somente a partir da identidade da Universidade, é que se pode compreender o lugar e o papel da Extensão da qual estamos tratando.

E o que é uma Universidade? Entre muitas possibilidades que esta instituição já experimentou em sua trajetória milenar, adoto a concepção de que ela é um lugar privilegiado onde, por um lado, se pode socializar o conhecimento que já foi produzido pela humanidade e, por outro, onde se pode produzir novos saberes e conhecer os métodos de sua construção. Tal identidade, da qual a Universidade não tem porque se envergonhar, é operacionalizada, segundo a LDB, por meio da tríade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, três princípios pedagógicos consideradas como indissociáveis.

Esta função da Universidade, já se sabe desde há muito tempo, não é neutra. Sempre há uma intencionalidade na produção e na socialização do conhecimento. Neste sentido, faz parte da identidade da Universidade ser “geradora de questionamentos e propostas que busquem respostas científicas a problemas que se situam na comunidade a que deve servir”.⁸

Muito se tem criticado a noção de indissociabilidade com base nas premissas, por certo verdadeiras em muitas práticas acadêmicas, de que o ensino é alienante, a pesquisa é alienada⁹ e a extensão é a má consciência da Universidade¹⁰.

⁸ Universidade Metodista de Piracicaba. *Política Acadêmica*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1992.

⁹ Ver BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa Alienada, Ensino Alienante: O Equívoco da Extensão Universitária*. Petrópolis, VOZES / EDUFSCar / EDUSC, 1996.

Contudo, se considerarmos que cada um destes três princípios pedagógicos tem sua especificidade, podemos pensar a indissociabilidade como se eles fossem como jorros da uma mesma fonte (produção e socialização de conhecimento) onde o ensino tem sua vertente mais forte da socialização do conhecimento, a pesquisa tem sua vertente mais forte na produção do conhecimento e a extensão tem sua vertente mais forte na pergunta pela relevância e pela ética do conhecimento. Se esta premissa estiver correta, especialmente em relação ao lugar e ao papel da Extensão no processo de produção e de socialização do conhecimento, podemos então avançar e inferir uma segunda hipótese.

Segunda Hipótese: Afirmar a Extensão Adjetiva

Partindo da premissa anterior que considera a Extensão como categoria ética que pergunta pelo sentido e relevância do Ensino e da Pesquisa, penso que uma Política Nacional de Extensão precisa considerar o conceito da “Extensão Adjetiva”, ou seja, como uma categoria que permeia todas as ações acadêmicas para qualifica-las.

A palavra ética tem sua raiz no grego e pode significar tanto “ethos” como “oikós”¹¹. Ethos é um lugar de onde se vê o mundo, é um estado de ser. Ética é, portanto, um modo de olhar a vida de tal maneira que ela faça sentido. Mas, para fazer sentido, sob o olhar da ética, é preciso ter em conta a relação com o outro, a afirmação da infinita responsabilidade para com o direito de vida digna do outro. Oikós dá origem as palavras “casa”, “economia” ou “ecumenismo”. Oikós também é um lugar, mais precisamente, sob o olhar da ética, é um lugar onde existe uma organização econômica e ecumênica onde todos podem viver com dignidade. É por esta razão que ética se diferencia de moral. Enquanto a ética pressupõe um saber viver que tenha em conta a adesão voluntária a um projeto de vida que dê dignidade a todas as pessoas, a moral pressupõe a coerção por meio de um conjunto de regras internas ou externas que impedem as pessoas se destruírem mutuamente.

É neste sentido que a Extensão ocupa lugar privilegiado na academia porque procura responder, como sua especificidade, à pergunta sobre o sentido tanto da produção quanto da socialização do conhecimento que se faz no âmbito da Universidade, ajudando, assim, a efetivar a relevância social e política do Ensino e da Pesquisa. E esta é a pergunta da ética. A Extensão é, deste modo, capaz de transformar o saber acadêmico em um bem público a que todos podem ter acesso e estabelecer parcerias com a sociedade para a construção de um projeto social que traga dignidade de vida a todas as pessoas. É, igualmente, capaz de transformar **conhecimento** em **sabedoria** e de ser uma espécie de **tempero ético** que dá sabor de vida ao Ensino e à Pesquisa.

¹⁰ DEMO, Pedro. “Lugar da Extensão”. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*, Brasília, UNB, 2001.

¹¹ Ver SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis, VOZES, 1987, p. 15-23.

Sabedoria e **Sabor** são palavras de mesma origem na língua grega. “A palavra grega que designa o sábio se prende, etimologicamente, a *sapio*, eu saboreio, *sapiens*, o degustador, *sisyphus*, o homem de gosto mais apurado.”¹² Conhecimento é menos que isto. Não alcança a arte de saborear, temperar. Esta arte é própria da sabedoria. O conhecimento em si não tem valor ético, pois se reduz a apropriação de conceitos sobre os seus objetos de estudo. Isto é importante, mas não é suficiente. Para transformar conhecimento em sabedoria é preciso fazer a pergunta pela relevância deste conhecimento, mais especificamente, é preciso fazer a pergunta ética para ajudar na construção da dignidade da vida.

Neste sentido, considerar a extensão como categoria adjetiva significa permear todas as atividades acadêmicas (sala da aula, laboratórios, monografias, estágios, pesquisas etc) com a pergunta que a ética faz sobre a sua relevância no processo de produção e de socialização do conhecimento. Contudo, se por um lado este conceito sobre a Extensão seja fundamental para delinear sua especificidade na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não é menos importante perceber que, por outro lado, não se pode limitar o lugar e o papel da Extensão a este conceito. Daí a necessidade de discorrer sobre a terceira hipótese nesta reflexão.

Terceira Hipótese: Afirmer a Extensão Substantiva

Além de a Extensão ser considerada em seu papel de fazer a pergunta pela ética do conhecimento, é necessário também ter em conta sua especificidade no campo da estética, ou seja, como um ofício que desenvolve a arte de promover ações substantivas de socialização do conhecimento para construir o belo e o agradável, como resposta às demandas e necessidades de outros segmentos da sociedade.

Neste sentido, a construção de uma Política Nacional de Extensão, no atual contexto da academia, precisa também considerar a dimensão operacional específica da Extensão. Para explicitar melhor esta afirmação, reafirmo minha compreensão de que a Universidade tem como identidade a produção e a socialização do conhecimento. E, para operacionalizar esta sua vocação, o Ensino e a Pesquisa seriam suficientes se fizessem a pergunta pela relevância social deste conhecimento. A Extensão, neste caso, como valor ético a ser buscado, seria a aferidora deste processo, o que não significa tê-la como responsável única pela manutenção dessa relação, pois esta também é uma tarefa do Ensino e da Pesquisa. Contudo, esta não tem sido a prática da maioria das Universidades brasileiras. Muitas vezes o Ensino e a Pesquisa são alienados da realidade e limitam-se ao campo da transmissão do conhecimento, sem transformar-se em sabedoria. Daí a necessidade de se conceber a Extensão também como uma dimensão operacional específica da tarefa acadêmica.

Não estou defendendo, neste ponto, que a Extensão é a parte da academia que vai redefinir a má relação entre Universidade e a Sociedade causada pela alienação e elitização do Ensino e da Pesquisa. Não se trata de dar às atividades e projetos de Extensão a tarefa de redenção desta relação truncada. O que estou afirmando é que há atividades de Ensino e de

¹² NIETZSCHE, F. Citado por ALVES, Rubem. *Concerto para corpo e alma*. 3ª Ed. Campinas, PAPIRUS, 1999, p. 9-14.

Pesquisas realizadas pela academia na sociedade que, na falta de outro nome, têm sido chamadas “Extensão”.

Desta forma as atividades extensionistas deverão ser consideradas como processo de intervenção e de investigação na sociedade sendo, necessariamente, “uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica encontrará a possibilidade para o exercício da práxis, tecendo relações com agentes sociais que compartilham a ética da construção da cidadania. Nestas relações, deverá haver a convivência dos saberes sistematizado-acadêmico e popular, tendo como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional ou nacional”.¹³

Estas atividades que as Universidades brasileiras têm chamado de “Extensão” são, em última instância, parte do processo de produção e de socialização do conhecimento realizado pela Universidade, par a par com o Ensino e com a Pesquisa. A mesma lógica vale também para cursos, convênios e qualquer outra atividade acadêmica que for realizada, seja dentro ou fora da Instituição. É com base nesta compreensão que entendo ser possível falar em Extensão como atividade, projeto ou programa.

A Extensão, desta forma, além de ser um conceito ético, tem que ter também, no atual contexto da academia, sua dimensão estética, ou seja, uma operação específica de intervenção para a construção da beleza e do bem estar da vida, o que significa entrar no campo da amorosidade, tema da próxima hipótese levantada.

Quarta Hipótese: Afirmar a Extensão no campo da Amorosidade

Construir uma Política Nacional de Extensão que afirme a identidade da Universidade como local privilegiado para a produção e socialização de conhecimento tendo a Extensão como valor ético e estético pressupõe um exercício da academia para superar seu enclausuramento. Isto significa aprender e desenvolver a arte de saber sair de si mesmo para se ter uma pré-ocupação com o outro, para querer o bem do outro. Em uma expressão, é a capacidade de amar.

Porém, introduzir a categoria do amor no processo de produção e socialização do conhecimento parece ser algo muito estranho à academia e, de fato é. Isto porque, se é verdade que, por um lado, sabemos que a ciência nos desafia a um constante processo de aprendizado, por outro, também é verdade que não utilizamos o mesmo critério quando se trata da arte de aprender a amar. Via de regra, a maioria daqueles que pertencem ao mundo da academia considera que não há nada a aprender sobre o amor e não considera como uma arte igual a arte de viver, ou de dominar qualquer conhecimento científico, apesar de todas as evidências contrárias que aparecem no cotidiano da academia, como adverte Erich

¹³ Universidade Metodista de Piracicaba. *Política Acadêmica*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1992. Ver também: Universidade Metodista de Piracicaba. *Política de Extensão*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1998.

Fromm¹⁴: “Apesar do profundo anseio por amor, quase tudo é considerado mais importante que o amor: o sucesso o prestígio, o dinheiro, o poder (...) Será que se considera que só vale a pena aprender as coisas com que se pode ganhar dinheiro e prestígio, e que o amor, que só é proveitoso para a alma, mas não traz ganhos no sentido moderno, é um luxo com o qual não se tem o direito de despendar muita energia?”¹⁵

A primeira premissa que leva as pessoas a acreditarem que não tem nada a aprender sobre o amor diz respeito a concepção de que o problema do amor está no desejo de ser amado e não na capacidade de amar. E os meios utilizados para ser amado consistem nos mesmos meios que a academia se utiliza para conseguir o status de ser “bem-sucedido” na arte de produção e socialização do conhecimento, desenvolvendo, assim, a construção de uma imagem de competência, seriedade e conhecimento científico para se ter respeitabilidade. A segunda premissa que impede as pessoas de se abrirem a busca de aprender a amar está na concepção de que o problema do amor é uma questão de *objeto* e não de *faculdade ou função*, isto é, considera-se que amar é simples, o difícil é encontrar o objeto certo de amor.

Para aprender a amar é necessário tomar consciência de que *amar é uma arte*, assim como a ciência é uma arte e viver é uma arte. Deste modo, “se quisermos aprender a amar, deveremos proceder da mesma maneira como quando queremos aprender outra arte”¹⁶. E o processo de aprender qualquer arte depende da conjugação de três partes: domínio da teoria; domínio da prática; ter a maestria da arte como uma preocupação fundamental.

A dificuldade de introduzir a categoria da arte de amar na reflexão sobre uma Política Nacional de Extensão é evidente. Isto porque, via de regra, separamos o sujeito que investiga e que intervém do objeto investigado e de quem recebe a intervenção, como se fosse possível a neutralidade na produção e na socialização do conhecimento. E este talvez seja um dos maiores desafios que a academia precisa superar para que haja transformação do conhecimento em sabedoria.

Mas não é uma tarefa simples, tal qual a arte de viver não é simples. Como nos alerta Leonardo Boff¹⁷, vivemos uma realidade cósmica contraditória, oscilando entre “harmonia” que agrega e une por meio da associação, interdependência, solidariedade e complementaridade, e “caos” que desagrega e desune por meio da concorrência, oposição, antagonismo, destruição. O ser humano é ao mesmo tempo *Homo Sapiens* que manifesta inteligência, consciência e amorosidade e *Homo Demens* que manifesta violência, competição e destruição. Não existe um ser humano simples, mas sim existe um ser humano complexo.

¹⁴ As reflexões que desenvolvo nesta Tese têm como ponto de partida a idéias apresentadas por Erich Fromm em seu clássico livro *A arte de amar*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BOFF, Leonardo. “Somos feitos da mesma matéria das estrelas”. In: *O Simbólico e o Diabólico*. São Paulo, EDUC, 1999, p. 33-42.

A arte de amar, se considerada com uma categoria que pode ajudar o ser humano a se construir na sua contradição, deverá, necessariamente, estar presente em uma Política Nacional de Extensão como um desafio ao processo educativo. Isto porque só a arte de amar pode ajudar a aprender como se aprende a desenvolver a abertura ao direito da existência do outro como um valor inalienável¹⁸. Também, é preciso lembrar, é na relação de abertura ao outro que se dá a experiência ética de construção coletiva de processos, última hipótese que levanto neste texto.

Quinta Hipótese: Afirmar a Extensão como Construção Coletiva

Em um país de dimensão continental como o Brasil e que tem uma dos piores índices de distribuição de renda e de bens culturais do mundo, a tarefa de construir uma Política Nacional de Extensão não pode ser tomada como responsabilidade de apenas um segmento da sociedade. E, dado que o Sistema de Ensino Superior do País é formado pela conjugação de IES Públicas, Comunitárias, Confessionais e Particulares, todos estes segmentos, em diálogo com as demais forças vivas da sociedade, precisam se unir para enfrentar uma empreitada comum, superando todos os seus pré-conceitos.

Sob a liderança do Estado, que deve funcionar como regulador de interesses diferentes na sociedade, há a necessidade urgente de estabelecer um processo democrático em que haja ampla participação. Isto porque as atitudes cooperativistas, aquelas que só conseguem ver os interesses estritos do próprio grupo interessado, em nada podem ajudar na construção de uma Política Nacional de Extensão que tenha como horizonte colocar a produção e a socialização do conhecimento que se faz na Universidade a serviço da construção da dignidade da vida em um país marcado pela exclusão social.

Neste processo é preciso desenvolver a arte de amar para se **enfrentar as diferenças** e não tentar elimina-las por meio de processos de **exclusão do diferente**. Não podemos nos dar ao luxo de brincar de “cabo-de-guerra” para ver qual grupo tem mais força para impor a sua vontade com exclusividade. Pelo contrário, é preciso que se promovam ações conjuntas visando o bem da população. Não pode haver um grupo exclusivo que se dê o direito de decidir “pelo” outro, mas sim há a necessidade de decisões tomadas “com” o outro.

Considerações Finais

“**És tu aquela Universidade que estava para vir ou esperamos por outra?**” continua sendo uma pergunta fundante para que se possa construir uma Política Nacional de Extensão que responda às demandas e necessidades que têm vindo de outros segmentos da sociedade, especialmente das pessoas empobrecidas de nosso sofrido país.

¹⁸ Para uma melhor compreensão sobre as tendências da educação superior em nível internacional, ver os documentos produzidos pela Conferência Mundial Sobre Educação Superior, sob o patrocínio da UNESCO, Paris, 1998. A Editora da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, publicou os documentos, com tradução de Amós Nascimento, no mesmo ano.

Saber sobre a natureza da Universidade como espaço privilegiado de produção e socialização de conhecimento com relevância social; saber a extensão como uma categoria ética que pergunta pelo sentido do ensino e da pesquisa; saber a extensão como uma categoria estética que promove ações substantivas de construção do belo e do bem estar das pessoas; saber a extensão como disposição ao aprendizado da arte de amar; e saber da imperiosa necessidade de superar posturas corporativistas, são hipóteses ou caminhos que podem ajudar na construção de uma Política Nacional de Extensão que transforme o conhecimento produzido e socializado na academia em sabedoria em um bem público ao qual todos podem ter acesso visando a construção da dignidade da vida.

Martin Luther King, questionado sobre possibilidade de tornar real a sua utopia de igualdade racial, respondeu a um repórter que “nada é mais poderoso de que uma idéia que alcançou seu lugar”. E, se é verdade que só se constrói história dentro do que as condições históricas permitem, seria de bom proveito se fizéssemos uma pergunta semelhante a que foi feita a King para descobrirmos, juntos, se a idéia da construção de uma Política Nacional de Extensão que ajude a transformar conhecimento em sabedoria “já alcançou sua hora”.

Para finalizar, quero lembrar um sugestivo poema de Thiago de Mello que pergunta sobre os valores que cultivamos em nossa vida e sobre a nossa responsabilidade diante deles:

*Não fui profetizado. Aconteci.
Como é difícil cumprir
Missão que não recebi.
Vivendo foi que aprendi
A que vim ao mundo: amar.*

*Quando liberto do tempo
Me pedirem testemunho,
As minhas mãos mostrarei
Não terão marcas de cravos.
Verão, indeléveis, lanhos
Da rosa que mais amei.¹⁹*

Talvez a resposta que damos à pergunta sobre qual é a rosa que mais amamos e como dela cuidamos pode ser um belo subsídio para a construção de uma Política Nacional de Extensão que afirme com segurança e amorosidade: “...os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados. E aos pobres, anuncia-se-lhes as boas novas...”.

¹⁹MELLO, Thiago. *Poemas preferidos*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001, pg. 26 (Título do poema: Não fui profetizado).